



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

**2ª REUNIÃO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DO COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE E CUIDADO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS E TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA**

**Data: 02/09/2020 – 09h30m**

A 2ª reunião da Coordenação Executiva do COMITÊ foi realizada por videoconferência conforme as recomendações do Governo do Estado e Prefeitura do Recife, com link via pelo Google Meet, encaminhado aos grupos de WhatsApp desta Comissão, pela assessora de comunicação Angélica Araújo.

**PAUTA:**

1. Apresentação da Coordenação para Polícia Militar de Pernambuco

- **Participantes:** *Eduardo Paysan Gomes (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Maria de Lourdes de Sousa (Fórum DCA Recife), Tanany Frederico dos Reis (1ª e 2ª VCCA, Isaac Machado de Oliveira (Conselho Municipal de Saúde) Alexandra Silva (CENDHEC), Major Eduardo Scanoni (Polícia Militar de Pernambuco), Coronel Raul Cavalcante (Polícia Militar de Pernambuco); **Técnicos:** Angélica Araújo (Comunicação) e Roberta Sartori, (Sociopedagógico)*

**Apresentações**

Esta foi a segunda reunião da Coordenação Executiva do Comitê de Gestão Colegiada da Rede e Cuidado de Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vitimas ou Testemunhas de violência na modalidade online pela plataforma Google Meet com abertura de sala virtual por Angélica Araújo (assessora de comunicação/COMDICA), tendo início às 09h30min. A técnica Roberta Sartori passa à informação que pode dar início a reunião e conforme os demais membros da Coordenação forem entrando, vai acompanhando.

Eduardo Paysan inicia a reunião dando as boas-vindas aos convidados, na pessoa do Coronel Raul Cavalcante representando o Coronel Vanildo Neves de Albuquerque Maranhão Neto (Comandante da Polícia Militar do estado de Pernambuco) e ao Major Eduardo Scanoni, que ambos fazem parte da diretoria de articulação social e Direitos Humanos da Polícia Militar de Pernambuco. Eduardo Paysan diz que fazem parte da Coordenação Executiva do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção da Criança e Adolescente Vítimas ou Testemunha de Violência, que foi instituído junto ao COMDICA (Conselho Municipal de Defesa e Promoção de Direitos da Criança e Adolescente do Recife), por força da Lei 13.431/2017 e o Decreto 9.603/2018. Este comitê foi uma demanda do Ministério Público, junto ao COMDICA, que tem como missão fazer articulação do sistema de garantia de direitos da criança e adolescente, pactuar e divulgar fluxos de atendimento. Tem uma representatividade bem consistente de vários órgãos que integram esse sistema de garantia de direito da criança e do adolescente, e que foi identificada a importância da área da segurança pública, já contando com a indicação da Polícia Civil de Pernambuco, e se identificou a importância de se ter a representação da Polícia Militar de Pernambuco, lembrando que existe uma assessoria própria ASCRIAD (Assessoria da Criança e do Adolescente), ligada a diretoria onde o Coronel e o Major representam por este motivo que foi agendada a reunião, assim como estão agendadas reuniões com o sistema de justiça, através do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Ministério Público de Pernambuco e Defensoria Pública de Pernambuco. Encerra sua fala se apresentando, solicitando que os demais participantes façam as suas apresentações.

Eduardo Paysan reforça que a Lei nº 13.431/2017 e o Decreto nº 9.603/2018 tratam especificamente da escuta especializada dessas crianças e adolescentes vitimas ou testemunhas de violência e do depoimento especial, sendo pertinente essa temática com o sistema de garantia de direitos, diante desses dois procedimentos. Após o término da sua fala, Eduardo Paysan passa a palavra para o Coronel Raul Cavalcante e o Major Eduardo Scanoni.

Coronel Raul Cavalcante explica que estão participando desta reunião por solicitação do Comandante Geral da Polícia Militar, e que provavelmente ficará como membro do comitê. O Major Eduardo Scanoni, que é o chefe da seção de



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

direitos humanos, da Diretoria de Articulação Social de Direitos Humanos, provavelmente estará à frente representando a Polícia Militar de Pernambuco nesta representação, até por conta da seção que ele faz parte estando relacionada com criança e adolescente. Nesta seção está previsto, algumas ações que estão diretamente voltadas a crianças e adolescentes como o Programa PROERD (Programa de Educação com fins de Redução de Drogas nas Escolas), PROENINT (Programa de Enfrentamento a Intolerância). Tem ainda mais 02 (dois) programas atendem mais especificamente as ações da Polícia Militar de Pernambuco, mas que também estão relacionados às crianças como o PROLAÇOS, que é o estreitamento da comunidade com a Polícia Militar de Pernambuco, tendo como foco principal o atendimento das crianças e adolescentes da comunidade, assim como tem também o PROCRAD (Programa de Proteção a Criança e Adolescente), que é mais voltado com o Ministério Público com a Vara da infância e Juventude, voltada para a questão de eventos, aonde há uma participação e fiscalização, de crianças e adolescentes em eventos que não são autorizados, um trabalho que vem sendo feito há bastante tempo. A princípio praticamente todas essas ações estão meio que suspensas devido à questão da pandemia, por não está tendo eventos e nem as aulas.

Apenas o PROENINT e PROLAÇOS que estão funcionando devido à pandemia, mais a título de entrega de cestas básicas e ações sociais para as comunidades. Neste trabalho, já sendo feitas diversas ações com o Major Eduardo Scanoni que está mais a frente dos programas, estando na Diretoria há 05 (cinco) meses, substituindo o Coronel Reinaldo, que foi para a Reserva e que o Comandante Geral por questões e agenda, delegou para que fizessem parte deste Comitê, reforçando que o Major Eduardo Scanoni ficará a frente das ações diretamente envolvidas.

Major Eduardo Scanoni fala que o Coronel Raul passou basicamente as informações sobre os programas existentes na Diretoria, que são afetos ou que tenham uma reverberação direta à promoção de direitos e garantias das crianças e adolescentes. Está na Diretoria a pouco mais de um ano e meio, especificamente na chefia dessa seção de Direitos Humanos, que tem esse braço que alcança inclusive as crianças e adolescentes. Dada à situação da pandemia estão tendo uma limitação de ação e que alguns desses programas estão com suas atividades suspensas, por não está ocorrendo eventos e nem tampouco as atividades escolares, conforme foi falado pelo Coronel Raul Cavalcante. O major Eduardo Scanoni coloca-se à disposição para quaisquer dúvidas e parceria que possa firmar junto ao comitê.

O Coronel Raul Cavalcante trás a título de acréscimo, que atende crianças e adolescentes, o programa Patrulha Escolar, que atua em todas as escolas, mais logicamente as da rede estadual, especificamente mais adolescente do que as crianças, mas nada impede que atendam algumas escolas da rede municipal. Ainda tem a Maria da Penha que muito embora seja mais voltada para um público específico de mulheres, devido as circunstâncias da capilaridade da DASDH (Diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos Ações e Programas), dentro do Programa Pacto pela Vida, programa do Governo do Estado, a Polícia Militar de Pernambuco, das 06 (seis) câmeras técnicas que possui, estão praticamente trabalhando em 05 (cinco) câmeras técnicas, sendo a própria câmera técnica de defesa social da SDS (Secretaria de Defesa Social), tendo uma gama de atividades muito grande, próximo ao Programa Pacto pela Vida. Atuam também na câmera técnica de prevenção contra a violência de gênero, mais especificamente contra a mulher, tem ainda a câmera técnica de enfrentamento ao crack e drogas, sendo um trabalho desenvolvido com o Secretário Clovis Benevides, e tem as ações na câmera técnica de integração com o Ministério Público de Pernambuco e Defensoria Pública de Pernambuco, do Poder Judiciário com uma atuação menor, com as ações nos programas voltados as crianças e aos adolescentes, por serem ações voltadas em participações em eventos. Basicamente seriam essas informações referentes à Diretoria.

A técnica Roberta Sartori faz a leitura referente à pergunta feita por Tanany Reis através do chat: Onde pode ser consultado para saber mais sobre essas ações?

O Coronel Raul Cavalcante informa que existe um site da Polícia Militar que fala sobre a Diretoria da DASDH (Diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos Ações e Programas), caso sejam necessárias informações mais detalhadas, pode-se fazer contato direto com o Major Eduardo Scanoni, que poderá detalhar mais especificamente os programas. Se houver necessidade em caso de uma reunião mais específica, dependendo do caso, para falar sobre um determinado tipo de programa, que seria mais interessante, porque no site ele apresenta de forma bem sintética, especificando do que se trata. Inclusive há 05 (cinco) meses, estão reestruturando toda Diretoria, colocando uma nova formatação, como inclusive uma alteração dos programas com a própria dominação e conceito, e até o próprio tipo de ação do programa, por isso seria mais interessante falar diretamente com o Major Eduardo Scanoni. Convidada para fazer uma visita a Diretoria que funciona todos os dias, não existindo situação remota.

Tanany Reis coloca que a palavra é parceria, para a construção do fortalecimento dessa rede de proteção e cuidado como foi mencionado por Eduardo Paysan logo no início da reunião, o que já se vê a disponibilidade da Polícia Militar de Pernambuco para essa parceria.

Coronel Raul Cavalcante fala que a Polícia Militar de Pernambuco, tem uma parceria muito grande na questão da proteção das mulheres, com a Secretaria da Mulher que tem policiais atuando diretamente com as técnicas da



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

Secretaria, no abrigo das mulheres que são vítimas de violência. Então este trabalho, também poderá ser desenvolvido junto ao Comitê também.

Katia Pintor disponibiliza através do chat, o link da Polícia Militar de Pernambuco: <http://www2.pm.pe.gov.br/web/pmpe/dasdh>.

Tanany Reis expressa seu pensamento no ponto de vista prático, e informa ao Coronel Raul Cavalcante que o comitê está se organizando, unindo os pontos dessa Rede de Proteção e Cuidado de crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de violência, dando cumprimento ao que está preconizado tanto na Lei e do Decreto mencionado no por Eduardo Paysan, trazendo como reflexão uma vez que a Polícia Militar de Pernambuco venha para somar nessa ação, que não só no momento de chegada quando a denúncia é feita, onde a Polícia Militar de Pernambuco é a primeira a ser acionada, mas também no depois, por exemplo: quando a criança ou adolescente no curso do processo já instaurado, sofre ameaças, tem a sua integridade ou da sua família comprometida e como isso pode ser trabalhado, nos mesmos termos ou semelhantes nessa proteção de mulheres que sofrem violência. Sugere que seja um ponto a se pensar a proteção no território, que, muitas vezes essa criança ou adolescente sofre ameaça velada ou ameaça explícita, com a presença do agressor no território é por si só uma ameaça, que talvez seja um ponto a se pensar e que caminhos podem estabelecer para que visibilize e amarre dentro dessa Rede os termos dessa parceria com a Polícia Militar de Pernambuco, que recebe o chamado de forma imediata.

O Coronel Raul Cavalcante coloca que algumas ações específicas trazidas por Tanany Reis, tem que ser desenvolvida junto a Polícia Civil de Pernambuco, já que no nosso caso da Polícia Militar de Pernambuco, o trabalho desenvolvido é mais da ostensividade da prevenção e muitas vezes da ação no fato propriamente dito, porque posteriormente precisando de um acompanhamento melhor é feito com a DPCA. O que a Polícia Militar de Pernambuco pode trabalhar junto com o Comitê, como é feito na secretaria da mulher, que é a patrulha Maria da Penha, mas nesse caso tem que ser visto esse contexto de ação, por conta da própria legislação tem medidas protetivas expedidas pelo Poder Judiciário, fazendo o acompanhamento dessas mulheres para o cumprimento dessas medidas. Poderia ser feito com crianças e adolescentes, mas teria que ter todo um trabalho, uma forma de está previsto na legislação para que possa fazer esse atendimento específico. A Polícia Militar não pode fazer, até por conta do próprio código da criança e do adolescente, apenas se houver o suporte do judiciário. Como existe a própria lei que já prevê, pode ser moldada para essa circunstância. A Polícia Militar de Pernambuco trabalha sempre pensando em uma sociedade mais humana e mais saudável, sendo o objetivo dessa Diretoria trabalhar dessa forma. Outra colocação feita, é que assim como a Secretaria da Mulher, os policiais que iriam trabalhar nessa ação mais específica, precisariam ter uma capacitação até por conta da forma de como chegar à criança, até por conta do próprio trabalho da Polícia Militar de Pernambuco, por ser de mais ostensividade, que apesar de ser a princípio preventivo, mas também tem o caráter repressivo, então tem essa circunstância desse trabalho ter um foco mais específico, para essa ação de acompanhamento a essas crianças e adolescentes que foram vítimas ou testemunhas. Outro aspecto que precisa ser observado, para a Polícia Militar de Pernambuco poder atuar, precisa ter toda uma legislação, não bastando apenas o querer. É preciso ter todo suporte legal para que possa atuar, podendo posteriormente ter algum problema em decorrência da ação.

Tanany Reis coloca que existe a necessidade de articular todas as instâncias superiores, não podendo ser ação individual, mas uma ação de fato institucional que dê conta. Registra a questão das medidas cautelares, que muitas vezes implicam no afastamento do agressor ao espaço que reside /habita aquela criança, o que faz lembrar-se de pontos importantes para se considerar, vindo de fato como podem operacionalizar. Tanany Reis diz ainda, que o Coronel Raul Cavalcante trouxe coisas bastante importantes, que vem consolidando que o Comitê vem pensando a algum tempo, que é a necessidade dessa formação, de afinar os entendimentos, de quem são esses sujeitos, qual a demanda que vai caber e como ela será atendida por cada uma das instituições que vão compor essa rede de proteção e cuidado.

Eduardo Paysan coloca que já fluindo bastante os objetivos e reafirmando que o espírito dessa Lei e Decreto vem sendo um objeto inclusive de um Pacto Nacional para implementação dessa Lei que foi regulamentada pelo Decreto, implicando o Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça e lá prevê o estabelecimento de convênio, com sistema de justiça e de segurança. Então, é sempre uma preocupação com a institucionalidade, por isso o Comitê buscou envolver a instância superior do comando da Polícia Militar de Pernambuco, sendo representada pelos senhores. Entende que possivelmente o Coronel Raul Cavalcante e o Major Eduardo Scanoni, serão os indicados por parte da Polícia Militar de Pernambuco para fazer parte da composição do Comitê. Eduardo Paysan informa que as reuniões acontecem às sextas-feiras no horário da manhã, havendo por enquanto, alternância onde uma sexta-feira acontece à reunião plenária com todas as representações, para discutir e deliberar os encaminhamentos. Diz ainda que neste momento estão divididos em grupos de trabalhos, sendo um que discute e encaminha a questão dos fluxos de atendimentos, e o outro grupo que está trabalhando no Regimento Interno do Comitê, podendo ser que após o término do Regimento Interno, sendo aprovado e constituído, assuma outra função. Como o objetivo do Comitê é da



## Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

institucionalidade da política pública, então é possível que estabelecendo protocolos e convênios interinstitucionais, que envolvem vários órgãos do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Coloca que pensando na área de segurança pública, como está se tratando da instância municipal, que envolve a instância estadual. Eduardo Paysan coloca que está pensando em dialogar com a Secretaria de Segurança Urbana do Recife, na medida em que se tem algumas ações de prevenção, tendo também a Guarda Municipal que faz um trabalho semelhante como a Patrulha Maria da Penha e Patrulha Escolar no âmbito do município, para que se possa construir essa integração, se comprometendo a dialogar com o Secretário Executivo de Segurança Urbana. Diz ainda que existem ações preventivas nos COMPAZ, que podem ser porta de entrada para reportar casos de violências, formar todo esse pessoal, em relação a tudo que está sendo tratado em relação à violação de direitos da criança e do adolescente, que são violações no aspecto amplo de todos os tipos de violações de direitos, onde algumas delas envolvem crimes, como a violência sexual, que vai demandar essa repressão ou essa proteção às vítimas, e entendendo também as inter-relações entre as várias áreas, os vários órgãos. Está buscando a representação do Conselho Municipal da Mulher e da Secretaria da Mulher, sendo representada pelo Centro de Atendimento à Mulher Vítima Violência – Clarice Lispector, para que até o final desta semana, se faça a publicação do Comitê no Diário Oficial do Município, através de uma Resolução do COMDICA. Reafirma a importância dessa parceria com a Secretaria de Segurança Social – SDS através da Polícia Militar de Pernambuco, representada pela diretoria de Articulação Social e Direitos Humanos. Eduardo Paysan explica que o Comitê tem uma representação bastante ampla através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança. Serão socializadas publicações para o Coronel Raul Cavalcante e o Major Eduardo Scanoni, para que possam estudar e construir juntos. Existe uma publicação do Conselho Nacional do Ministério Público – Guia que apresentam alguns fluxos de atendimentos, tendo como ideia um Centro Integrado, que de acordo com a Lei, a criança não seja revitimizada e tenha que falar da violência que ela sofreu ou testemunhou em vários espaços, então é a integração dos órgãos para evitar essa revitimização da criança e do adolescente, embora se tenha o CICA – Centro Integrado da Criança e do Adolescente em Recife- Pernambuco, alguns órgãos não estão dentro, precisando ver como construir, aprimorar essa inter-relação, essa articulação entre os órgãos, se possível trazendo todos esses órgãos integrados que implica inclusive a dotação orçamentária de cada órgão, que se for o caso, quem ceder o espaço, quem vai construir e a partir disso quando pactuar os fluxos, que irá se dividir para ministrar a formação ao seu pessoal, para que estejam qualificados, evitando essa revitimização, que saiba fazer a escuta especializada, saiba para qual órgão encaminhar, que conheça o fluxo que foi pactuado. Então, são vários passos que vão sendo dados, mas a preocupação é da institucionalidade principalmente considerando que se tem um contexto no município, que são as pré – eleições, que possivelmente vai mudar a gestão municipal e dentro do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, haverá eleições das representações da Sociedade Civil Organizada, possivelmente no mês de novembro, então algumas representações também devem mudar. Explica ainda, que dentro do Comitê existem várias representações que darão continuidade a esse trabalho, mas tudo que se poder deixar estabelecido através de Resolução, aprovado e publicado no Diário Oficial do Município, para ter um esteio, uma base, construção sólida da política pública no âmbito do município em favor das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O COMDICA convidou o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Igualdade Racial, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, sendo vários olhares que irão somar para que olhar todas as especificidades e não deixar nenhuma criança ou adolescente de fora quando sofre a violência, ou seja, testemunha dessa violência.

Coronel Raul Cavalcante, trás outro ponto em relação à fala de Tanany Reis sobre a proteção do território e participação da Guarda Municipal, tendo esta uma importância muito grande, quanto da própria alteração constitucional que implementou, fazendo parte do sistema de segurança pública no art. 144, tendo uma importância muito grande nesse trabalho no município, e assim com se tem para a questão da mulher a Patrulha Maria da Penha, poderia ser pensado em um trabalho, em criar a Patrulha da Criança e do Adolescente, para trabalhar acima do foco que são as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência com a participação inclusive da Guarda Municipal, já podendo pensar nesta formatação, desconhecendo em algum outro estado essa Patrulha, não apenas no contexto do município de Recife, mas no estado de Pernambuco e nos município do estado, onde todos pudessem participar e a Polícia Civil de Pernambuco daria o suporte junto a Guarda Municipal.

Eduardo Paysan informa que, este comitê só está atuando no âmbito do município de Recife, considerando a competência do COMDICA em si, mas espera que o município de Recife construindo isto, seja um exemplo a ser disseminado através do nosso Conselho Estadual da Criança construindo essa instância deste comitê em nível estadual. Coronel Raul concorda com Eduardo Paysan, sabendo da importância enquanto capital, mas diz que no caso da Polícia Militar de Pernambuco, precisa pensar no estado como todo, pois abrangeria todas as crianças e adolescentes





Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

que são vítimas e testemunhas de violência em todo estado, e como a prefeitura atualmente tem um contato muito bom com o Governo do Estado, podendo ver a possibilidade de fazer a parceria.

Katia Pintor fala que é bastante interessante à proposta do Coronel Raul Cavalcante e desde que a Tanany Reis falou sobre as medidas cautelares, já se avançou nesse quesito em relação ao direito da mulher, mas em relação a crianças e adolescentes, sabe inclusive, por exemplo, o CENDHEC que atua com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, sabem que em muitos casos ainda além delas sofrerem o abuso, é as que saem do domicílio para estarem seguras. Então desde o início da conversa e Tanany Reis falou sobre a medida cautelar, pode-se pensar em construir, fundamentar, embora esteja se pensando no âmbito municipal, mas terão questões que serão junto ao Estado e fazer essa proposição que vai ser bem protagonista de construir legislações no sentido de que os agressores de criança e adolescentes não possam chegar juntos das mesmas, sendo tão óbvio. É importante está junto desse diálogo e ao mesmo tempo ascender às ideias e ao mesmo tempo em que pena, que apesar dos avanços, ainda se tem muito que conquistar.

Isaac Machado diz que a sua fala, também servirá para o Regimento Interno, que se tenha uma representatividade dos Conselhos Tutelares, dada a importância dos mesmos, dentro desse âmbito social e trará o âmbito territorial, porque eles estarão na ponta recebendo as denúncias dentro do território. Isaac Machado diz ainda, que a sugestão inicial era de colocar apenas 01 (um) conselheiro tutelar para representar os demais neste Comitê, mas que ele sugeriu colocar uma representação por cada Conselho Tutelar. Explica que em cada território existe uma demanda diferente, sendo assim é preciso ter o percurso do território, vindo da ponta que é aonde chega à denúncia da mãe e do pai. Reforça a importância do controle social, fazendo com que as crianças e adolescentes tenham uma maior proteção.

Coronel Raul Cavalcante faz sua fala diante do contexto apresentado, diante da agenda das reuniões apresentadas por Eduardo Paysan, reforça que o Major Eduardo Scanoni estará mais ativo participando das reuniões, sempre repassando toda a discussão do Comitê, inclusive algumas decisões o Major Eduardo Scanoni pode já adotar, sendo um mestre na área, diante de toda a sua experiência acadêmica e na área de atuação dentro da Polícia Militar de Pernambuco, como membro na parte voltada para os Direitos Humanos.

Major Eduardo Scanoni agradece as palavras proferidas do Coronel Raul Cavalcante, e confirma que realmente gosta dessa área, da participação e movimento com a sociedade civil, de discutir e colocar até porque a própria sociedade civil desconhece muitas vezes a realidade do policial militar, sendo importante essa participação, pois cria essa visão gerando empatia de ambos os lados. Diante da fala de Eduardo Paysan sobre a importância da capilaridade desse Comitê, no aspecto da segurança pública, sendo interessante serem listados todos os órgãos da segurança pública que abrange ou tenha ação direta no município. A participação efetiva da Guarda Municipal, a Polícia Militar que se coloca a disposição, além de todos os aparelhos não só do sistema de segurança pública, mas também do sistema de justiça, para que essa rede de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente, possa ser efetiva e realmente ter um alcance de ideias, que já foram sugeridas pelo Coronel Raul Cavalcante, podendo surgir outras, para que se possam alcançar os objetivos deste Comitê.

Maria de Lourdes de Sousa pergunta como vai ser construído e de que forma? Diz ainda, que saiu praticamente como encaminhamento, essa questão em relação a formação, falando da importância de disponibilizar todo o material recebido pelo Comitê para o Coronel Raul Cavalcante e o Major Eduardo Scanoni, por serem riquíssimo e traz a compreensão. Maria de Lourdes coloca que a ideia de Eduardo Paysan, claro que futuramente sabendo que o Comitê está dando os primeiros passos, mas a importância de ampliar e até quem sabe escalar um Comitê estadual, porque são ações que precisam se integrar, ficando um legado independente de quem fica ou quem sai, mas que foram os primeiros passos, para que Recife tenha uma escuta de atendimento especializado nessa área.

Roberta Sartori diz que não foi encaminhado o material do Comitê, mas solicita do Coronel Raul Cavalcante e o Major Eduardo Scanoni, coloquem no chat seus respectivos e-mails, para que possa está encaminhando. Faz a leitura através do chat da pergunta feita por Tanany Reis, se o Coronel e o Major que ficarão como representantes no Comitê?

Eduardo Paysan agradece a todos os participantes e a disponibilidade demonstrada aqui e ambos nessa construção coletiva, informando que todo grupo está se empenhando ao máximo com essa visão de que é um legado para as políticas públicas na área da criança e adolescente, construído a muitas mãos. E que o próximo passo será essa formalização da indicação da representação da Polícia Militar de Pernambuco dos seus representantes titular e suplente, pedimos o número de vocês para ser adicionado no grupo do whatsapp do comitê para tratar assuntos relacionados ao próprio comitê. Fala ainda que a reunião está sendo gravada, em seguida é preparada um ata e encaminhada aos membros, para que possam fazer as correções devidas, sendo em seguida encaminhadas ao Ministério Público de Pernambuco, que acompanha e fiscaliza cumprindo seu papel em relação ao andamento deste Comitê. Sabe que tem muito a se fazer, mas enquanto Coordenação Executiva, vão esta construindo uma proposta de planejamento, para que possam definir as prioridades e fazer o passo a passo, para que consiga fazer até o final do ano



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS  
de 2020, a construção das metas estabelecidas pelo Comitê. Agradece em nome do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, da Coordenação Executiva do Comitê e de todos os membros do Comitê, a participação de todos.

Não havendo mais nada a tratar, encerra-se a reunião às 11h01min.

Reunião com arquivo de imagem/áudio.

**Relatoria: Luiz Eduardo**  
14/09/2020

**Técnica Responsável: Roberta Sartori**